

Conexão móvel à Internet: o modelo de franquias e suas implicações para o acesso pleno à informação e a neutralidade de rede

Proponente

Nome do(a) proponente

Diogo Moyses Rodrigues

Estado

SP

Organização

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC

Setor

Terceiro setor

Co-Proponente

Nome do(a) co-proponente

Estado do(a) co-proponente

Organização

Setor do(a) co-proponente

Formato do workshop

Formato

Painel

Outros

Resumo do workshop

Em 2017, o acesso à Internet atingiu 61% dos domicílios brasileiros, média inferior a de países como Argentina, Chile e Uruguai. Os dados variam nas diferentes regiões e classes: no Norte e nos domicílios de baixa renda, o acesso móvel foi mais utilizado do que o fixo. Este workshop pretende discutir as implicações do acesso móvel à Internet e as barreiras que práticas como a franquia de dados e a tarifação zero (zero-rating) representam para o acesso à informação de grande parte da população.

Objetivos e conteúdos do workshop

Este workshop pretende discutir as implicações do acesso móvel à Internet e as barreiras que práticas como o estabelecimento de franquias de dados e tarifação zero (zero-rating) representam para o efetivação de direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs.

Além de direito em si mesmo, o acesso à Internet é essencial para o exercício de outros direitos e da cidadania. Por meio da Internet é possível se acessar informações de interesse público, interagir com entes públicos e privados e tomar parte em uma "cultura de participação", na qual há poucas barreiras para a expressão artística, a participação política e fortes incentivos à criação e o

compartilhamento. No entanto, o acesso a um dispositivo não é suficiente para tomar parte nessa nova cultura.

As limitações impostas pelo mercado por meio de franquias de dados extremamente reduzidas, pacotes limitados e o bloqueio de acesso à Internet de forma plena aprofundam as desigualdades e vão de encontro ao reconhecimento do acesso à Internet como direito universal e como serviço essencial. Como apontam pesquisas recentes, são as populações das regiões mais remotas e de baixa renda as mais excluídas do acesso à banda larga fixa. Do mesmo modo, planos de tarifação zero (zero-rating) restringem os usuários a um acesso de segunda classe no qual não podem ir além dos jardins murados das grandes plataformas de Internet. A prática não só viola o princípio da neutralidade de rede, como impede a inovação e o desenvolvimento da indústria nacional, uma vez que beneficia de forma desigual as grandes empresas de Internet situadas no Norte Global.

A partir de visões dos diferentes setores, o workshop partirá desse diagnóstico para pensar em estratégias e políticas que permitam responder aos desafios da inclusão digital e da universalização do acesso nos termos colocados pelo Marco Civil da Internet.

Relevância do tema para a Governança da Internet

A questão do acesso talvez seja um dos temas mais antigos da governança da Internet. Ainda assim, países como Brasil continuam enfrentando uma série de desafios em implementar políticas efetivas de inclusão digital. Com o avanço dos dispositivos e das tecnologias de acesso móvel, a importância de se garantir acesso universal à banda larga parece ter sido esquecida, como se a possibilidade de comunicação via aplicativos de mensagens ou redes sociais pudesse suprir as brechas digitais. Se por um lado o acesso nos domicílios brasileiros cresce lentamente e de forma extremamente desigual, nos últimos anos vemos que para grande parte da população o acesso móvel ainda é a única possibilidade.

Esse acesso, porém, carrega em si também uma série de desigualdades. Em primeiro lugar, limita as possibilidades de interação com a cultura digital seja por conta dos dispositivos utilizados para o acesso, seja devido às franquias de dados que bloqueiam o acesso a maior parte dos conteúdos depois de atingidos os limites pré-estabelecidos pelas empresas de telecomunicações em seus pacotes. Em segundo lugar, sujeita grande parte da população à coleta massificada de dados pessoais por parte das grandes plataformas de Internet quando condiciona a possibilidade de navegação a essas plataformas por meio dos acordos de tarifação zero ou zero-rating. Finalmente, restringe a possibilidade de acesso à informação e ao conhecimento dessa mesma população. Os alarmantes níveis de desinformação e manipulação da opinião pública observados no período das eleições e posteriores certamente só puderam ser atingidos devido à impossibilidade dos usuários acessarem outras fontes de informação, pontos de vista e inclusive de checarem as notícias que recebiam.

Nesse sentido, discutir as implicações do acesso móvel à Internet parece ser mais do que nunca relevante para a governança da Internet, já que envolve uma série de outros temas de preocupação.

Forma de participação dos(as) palestrantes

Os representantes de diferentes setores que terão 10 minutos para apresentar suas considerações iniciais sobre uma questão colocada pelo moderador. As perguntas provocadoras buscarão dar conta de (i) compreender o cenário de acesso à Internet no Brasil, (ii) entender as dificuldades estruturais para o avanço das políticas de inclusão digitais brasileiras, considerando que o país apresenta níveis de acesso inferiores ao de alguns países vizinhos, (iii) discutir o impacto das práticas do mercado no âmbito do acesso móvel para a inovação, concorrência e o exercício de direitos e da cidadania e (iv) identificar soluções de políticas e formas de garantir o cumprimento das garantias previstas no Marco Civil da Internet. Em seguida, o moderador abrirá para a interação com o público, que terá 30 minutos para fazer considerações e perguntas à mesa. Os 20 minutos finais serão reservados para as considerações finais dos participantes, buscando traçar o caminho adiante nas políticas de acesso.

Engajamento da audiência presencial e remota

O assistente de comunicação da Coalizão Direitos na Rede agitará as redes sociais com informações sobre a atividade desde antes de sua realização. Durante o workshop, a moderação, com o apoio de membros da Coalizão, selecionará perguntas remotas para apresentar ao painel, alternando-as com as perguntas feitas pela audiência presencial no evento. Será dada prioridade ao equilíbrio de gênero e setorial na proposição de perguntas aos debatedores. Ao longo do painel, o assistente de comunicação da Coalizão publicará fará a cobertura das falas, de modo a incentivar a participação remota na atividade.

Resultados pretendidos

Como resultados o workshop espera (i) sensibilizar o público do Fórum da Internet no Brasil para as questões ocultas nas cifras sobre acesso à Internet e as barreiras implicadas no acesso móvel à Internet, (ii) identificar junto aos palestrantes e público boas práticas no setor público e privado de promoção do acesso à Internet como serviço essencial no Brasil e no mundo, (iii) mobilizar o público para acompanhar o tema e se engajar em ações visando a garantia do direito de acesso universal à Internet e (iv) estabelecer articulações e novas redes de ação e mobilização.

Relação com os princípios do Decálogo do CGI.br

Universalidade

Temas do workshop

Infraestrutura, acesso e conectividade

Democracia

Mercados de Internet: empresas de telecomunicação, provedores de serviços de Internet, competição

Participantes

Palestrante: Vitor Elísio Menezes

UF DF
Organização Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Setor Governamental

Mini biografia

Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Palestrante: Cristiana Gonzales

UF SP
Organização Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Setor Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-IFCH/Unicamp) e mestre em sociologia (USP). Integra o grupo de pesquisa em Informação, Comunicação, Tecnologia e Sociedade (Unicamp), a Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits), o Núcleo de Pesquisa sobre Práticas de Conhecimento e a Rede DATAS (PUC-Rio).

Palestrante: Flávia Lefèvre

UF SP
Organização Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Setor Terceiro Setor

Mini biografia

Conselheira no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), membro do conselho consultivo da ANATEL, representando consumidor (2006-2009), membro do conselho diretor do ILLUMINA (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético SP) e membro da Diretoria de Infraestrutura em Telecomunicações da FIESP. Mestre em Processo Civil pela PUC-SP.

Relator(a): Bárbara Simão

UF SP
Organização Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC
Setor Terceiro Setor

Mini biografia

Graduada em direito pela Universidade de São Paulo (FDUSP). Durante a graduação, realizou intercâmbio acadêmico na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne (2015-2016). Foi participante da 4ª Escola de Governança da Internet (2017), promovida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Atualmente, é advogada e pesquisadora em telecomunicações e direitos digitais no Idec.

Moderador(a): Diogo Moyses

UF SP
Organização Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC
Setor Terceiro Setor

Mini biografia

Diogo Moyses é coordenador do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da USP e doutorando pela Escola de Comunicações e Artes da USP, é especialista em regulação, políticas de comunicação e direitos humanos.

Palestrante: Erich Matos Rodrigues

UF RN

Organização

Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações
(Abrint)

Setor

Empresarial

Mini biografia

Engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, possui especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e é pós-graduado em Engenharia de Produção. Desde 1995, atua no mercado de acesso à internet. Foi vice-presidente da Abrint de 2011 a 2012 e presidente de 2015 a 2017. Hoje ocupa o cargo de vice-presidente do Conselho Consultivo da associação.
